

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE PEDAGOGIA**

**RUBIA CIMOLIN**

**EDUCAÇÃO INFANTIL: RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA NA VISÃO DE  
PROFESSORAS E PAIS**

**CRICIÚMA, JULHO DE 2011**

**RUBIA CIMOLIN**

**EDUCAÇÃO INFANTIL: RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA NA VISÃO DE  
PROFESSORAS E PAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado para obtenção do grau de Pedagogia no curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Mirozete Iolanda Volpato Hanoff

**CRICIÚMA, JULHO DE 2011**

**RUBIA CIMOLIN**

**EDUCAÇÃO INFANTIL: RELAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA NA VISÃO DE  
PROFESSORAS E PAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela Banca Examinadora para obtenção do Grau de Licenciatura, no Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa em Teoria e Prática Pedagógica

Criciúma, 05 de julho de 2011

**BANCA EXAMINADORA**

Prof.<sup>a</sup> Mirozete Iolanda Volpato Hanoff- Especialista- (UNESC) - Orientadora

Prof.<sup>a</sup> Gislene Camargo Dassoler-Especialista - (UNESC)

Prof.<sup>a</sup> Graziela Fátima Giacomazzo- Mestre- (UNESC)

**Dedico este trabalho a Deus e a todos que estiveram presentes em minha jornada, me acompanhando e me incentivando nos momentos mais difíceis. Minha eterna gratidão a vocês que sempre acreditaram em mim e contribuíram para que este sonho se tornasse realidade.**

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu noivo Ronaldo, aos meus pais Rubens e Zuleide e a meus irmãos Ricardo e Rangel que souberam compreender cada passo meu, que sofreram comigo cada sacrifício, que me ensinaram a necessidade de levantar e persistir a cada derrota, para aprender a saborear a vitória.

Agradeço também a minha amiga Estela, Juliana, Alessandra e Bruna por estarem comigo durante estes quatro anos de muito estudo e dedicação.

Aos pais, professoras e diretora da escola Sérgio Teixeira- SC, do ano de 2011, pela colaboração e disponibilidade para responder as perguntas propostas.

As professoras Gislene Camargo Dassoler, Graziela Fátima Giacomazzo e em especial a professora Mirozete Volpato Hanoff pela orientação e dedicação que dividiu seu tempo e sua experiência para que minha formação fosse também um aprendizado de vida, meu carinho e minha homenagem.

As alegrias de hoje também são de vocês, pois seu amor e estímulo foram armas desta vitória, hoje conquistada!

**“Trabalho pedagógico (...) não precisa ser feito sentado em carteiras; o que caracteriza o trabalho pedagógico é a experiência com o conhecimento científico e com a literatura, a música, a dança, o teatro, o cinema, a produção artística, histórica e cultural que se encontra nos museus, a arte.”**

**Kramer & Basílio (2003, p. 60)**

## RESUMO

Este trabalho tem como tema “Educação Infantil: Relação Escola e Família na Visão de Professoras e Pais” sendo o objetivo geral analisar a relação família e escola na visão de professoras e pais na Educação Infantil com os seguintes objetivos específicos: Conhecer o motivo que levam os pais a matricularem seus/suas filhos/as na Educação Infantil, Identificar as expectativas dos pais em relação ao trabalho das professoras junto aos /as seus/suas filhos/as, Investigar como os pais avaliam o papel da professora, Analisar a participação dos pais na vida escolar de seus/as filhos/as, Investigar qual a função da educação infantil atualmente na visão das professoras, Conhecer a compreensão das professoras em relação ao educar e cuidar, Identificar se as professoras acham necessário que sejam desenvolvidas atividades buscando maior participação da família na instituição, Analisar se as professoras acreditam ser necessária reuniões de pais. Para tanto a pesquisa caracterizou-se como descritiva e exploratória, numa abordagem qualitativa, onde os dados foram analisados a partir do referencial teórico fundamentado em diversos autores. Para coleta dos dados foi elaborado um questionário para os pais e um para as professoras. A pesquisa de campo foi efetuada com vinte pais que tem filhos matriculados na educação infantil e quatro professoras. Os resultados obtidos revelaram que as instituições entrevistadas consideram muito importantes a relação entre elas. Também foi verificado que os trabalhos com as famílias, em geral, se referem às formas tradicionais-reuniões de pais e atendimento individual, caracterizando-se numa relação vertical e unilateral. A pesquisa apontou ainda, que por meio do trabalho escolar comprometido com a realidade dos alunos e da conscientização dos pais para a importância de sua participação no cotidiano escolar dos filhos, é possível alcançar melhorias na qualidade de relação escola-família de modo efetivo.

**Palavras-chave:** Família. Educação Infantil. Criança. Pais. Professoras.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 A Educação Infantil e as características da fase pré-escolar .....</b>	<b>17</b>
<b>3 A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.....</b>	<b>21</b>
<b>4 RESGATANDO A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA .....</b>	<b>26</b>
<b>4.1.Proposta Curricular do Município de Urussanga: Diretrizes e Eixos Estruturadores da Ação Pedagógica.....</b>	<b>28</b>
<b>5 METODOLOGIA.....</b>	<b>31</b>
<b>6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>33</b>
<b>6.1. A participação da família na instituição de educação infantil .....</b>	<b>34</b>
<b>6.2 A Importância da relação entre a família e a escola na visão das professoras do CEI.....</b>	<b>37</b>
<b>7 CONCLUSÃO .....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>47</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>49</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Historicamente, a instituição de educação infantil surge como uma extensão da família, sendo uma das suas funções alargar e complementar o papel educativo. A relação família e instituição de educação infantil é uma realidade existente em todas as instituições, ainda que, a sua efetivação em termos de envolvimento não aconteça em todas na mesma escala.

Na atualidade verificamos um processo de expansão do atendimento à criança de 0 a 6 anos, que deverá garantir a todas as crianças o acesso e a permanência escolar, propiciando uma formação de qualidade. Para Kuhlmann (2007) esta nova fase, que ganha ênfase com a maior presença feminina no mercado de trabalho, é caracterizada pelo reconhecimento das instituições de educação infantil como instituições aptas a fornecer uma educação de qualidade para as crianças.

Pesquisas científicas sobre desenvolvimento infantil deixam evidente a real importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e social dos seres humanos. A educação infantil tem um papel fundamental na formação do indivíduo e reflete em uma melhora significativa no aprendizado da criança.

A escola é uma instituição que complementa a família e juntas tornam-se lugares agradáveis para a convivência de filhos e educandos. A escola não deveria viver sem a família e nem a família deveria viver sem a escola. Uma depende da outra na tentativa de alcançar o maior objetivo, qual seja, o melhor futuro para o filho e educando e, automaticamente, para toda a sociedade.

No período em que realizei o Estágio Supervisionado III, na Educação Infantil, pude observar que o espaço da escola, ainda é muito pouco frequentado pelos pais, a pouca participação é significativa nas reuniões e atividades escolares dos filhos. Entendendo que a participação dos pais é indispensável e insubstituível, ela tem forte influência sobre a aprendizagem da criança e quanto maior o seu envolvimento melhor o desempenho escolar, pois a educação começa nos primeiros anos de vida.

As relações entre a família e escola devem ser uma preocupação de todos os profissionais da educação infantil e para que esta relação não fique no

vazio devemos buscar alternativas que dêem lugar ao significado e a participação, contando assim com a colaboração das famílias.

Essa participação se dá por meio da comunicação entre família e escola nos momentos de entrada e saída, nas reuniões, nas festas e entrevistas, e na construção do Projeto Político Pedagógico. Desta maneira a família tem maior participação e as duas instituições acabam por se conhecerem melhor. Ao trabalhar as relações entre escola e família, acreditamos que será alcançada uma nova prática no âmbito escolar, favorecendo a integração entre a educação escolar e a educação familiar.

Diante da relevância do tema em estudo, levantou-se o seguinte problema: Como acontece a relação entre a escola e a família na visão de professoras e pais da educação infantil da localidade de Santana, município de Urussanga?

Sendo as questões norteadoras: O que leva os pais a matricularem seus/suas filhos/as na Educação Infantil?, Quais as expectativas dos pais em relação ao trabalho das professoras junto aos/as seus/suas filhos/as?, Como os pais avaliam o papel da professora?, Os pais participam da vida escolar de seus/suas filhos/as?, Qual a função da educação infantil atualmente na visão das professoras?, Qual a compreensão das professoras em relação ao educar e cuidar?, As professoras acham necessário que sejam desenvolvidas atividades buscando maior participação dos pais?, As professoras acreditam ser necessária reunião de pais?

Formulado problema, fez-se necessário traçar um objetivo geral: Analisar a visão que professoras e pais têm da relação escola e família na educação infantil. Buscou-se alcançar ainda os seguintes objetivos específicos: Conhecer o motivo que levam os pais a matricularem seus/suas filhos/as na Educação Infantil, Identificar as expectativas dos pais em relação ao trabalho das professoras junto aos /as seus/suas filhos/as, Investigar como os pais avaliam o papel da professora, Analisar a participação dos pais na vida escolar de seus/as filhos/as. Investigar qual a função da educação infantil atualmente na visão das professoras, Conhecer a compreensão das professoras em relação ao educar e cuidar, Identificar se as professoras acham necessário que seja desenvolvidas atividades buscando maior participação da família na instituição, Analisar se as professoras acreditam ser necessária reuniões de pais.

Para realização desta pesquisa, a partir da problemática original, foi escolhido o único Centro de Educação Infantil, localizado em Santana-Urussanga, o mesmo pertence à rede municipal de ensino.

Esta pesquisa vincula-se dentro da linha de pesquisa: Teoria e Prática Pedagógica, visando uma reflexão e problematização das teorias e práticas pedagógicas vivenciadas no cotidiano escolar e tem como Eixo Temático norteador Processos de Ensino-Aprendizagem.

Este trabalho foi organizado em capítulos, nos quais são desenvolvidas reflexões sobre: Histórico da Educação Infantil no Brasil, A Relação Família e Escola de Educação Infantil e por fim Resgatando a Trajetória da Educação Infantil no Município de Urussanga.

Descreve-se após a metodologia utilizada, a análise dos dados da pesquisa articulada com o referencial teórico. Para finalizar, foram apresentadas as considerações finais.

## 2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A história das instituições de Educação Infantil estabelece uma estreita relação com questões que se referem à história da infância, da sociedade, da assistência, da família, do trabalho, da urbanização, da pedagogia, entre outros elementos. Inúmeros estudos destinados a história da infância, da criança e da educação infantil nos mostram a amplitude dessas concepções que se relacionam com essas várias vertentes teóricas. Deste modo, entender a função das instituições de educação infantil ao longo da história, é entender a infância, a criança e as concepções pedagógicas. Segundo Kuhlmann. (2007, p.17).

Não se trata apenas da educação infantil: a história da educação geral precisa levar em conta todo o período da infância, identificada aqui como condição da criança, com limites etários amplos, subdivididos em fases de idade, para as quais se criam instituições educacionais específicas.

Quando nos reportamos à história da infância, verificamos a falta de um sentimento de infância até o fim do século XVII na Europa. Segundo Ariès (1981), com o nascimento do sentimento de família e do sentimento de infância, a criança passa a ser reconhecida como um ser de características próprias, que necessita de cuidados especiais.

Neste contexto social, surgiu a escola, que substituiu a aprendizagem informal como meio de educação, a criança deixou de aprender com o contato direto com os adultos. Entretanto, deve-se destacar que o sentimento de infância desenvolveu-se primeiramente nas camadas economicamente ricas da sociedade.

No Brasil, de acordo com Kuhlmann (2007, p. 21) já no século XVI estava presente um sentimento de infância, quando os jesuítas desenvolveram a estratégia de sua catequese baseada na educação dos pequenos indígenas e um programa educacional que estabeleceu nos colégios classes separada por idade e a introdução à disciplina.

No início da República no Brasil, a questão da infância e da escolaridade era pouco enfatizada. Os séculos XVII e XVIII foram marcados pela alta taxa de mortalidade infantil, principalmente no que diz respeito à camada popular da sociedade, que de um modo geral, tratava as crianças com maior liberdade, impondo a superioridade natural dos mais velhos. Moreira nos afirma que:

“As elevadas taxas de natalidade determinavam proles numerosas, e as

dificuldades materiais levavam mães a abandonar ou ‘expor’ os filhos numa tentativa desesperada de salvá-las das igualmente elevadas taxas de mortalidade.” (MOREIRA, 1999, p. 134).

A maioria das crianças abandonadas era recém-nascida, elas eram entregues a mulheres que ficavam incumbidas de amamentá-las nos seus primeiros meses de vida, essas mulheres eram pobres e recebiam um pagamento pelo serviço, pelo fato dos descuidos e maus-tratos dessas mulheres contra as crianças muitas delas acabavam morrendo, as que sobreviviam conviviam com muita dificuldade material.

“Os recursos para sustentar essas instituições eram escassos, e as doenças manifestavam-se a todo momento.” (MOREIRA, 1999, p. 135).

De outro lado, a infância burguesa era reconhecida através de tratados de medicina e de educação, que demonstravam já naquela época o cuidado e o sentimento em relação à infância. Em relação às políticas públicas para a infância, encontram-se vários registros de documentos destinados ao atendimento dos pobres e trabalhadores, evidenciando a assistência à infância.

Se for difícil encontrar registros diretos da vida privada da infância das classes populares, há um amplo conjunto de documentos no âmbito da vida pública, envolvendo as iniciativas destinadas ao atendimento aos pobres e trabalhadores. Segundo Perrot, quando a família *é pobre e tida como incapaz*, insinua-se como terceiros: filantropos, médicos, estadistas que pretendem proteger, educar e disciplinar seus filhos (PERROT, 1991 apud KUHLMANN, 2007, p.148).

Em meados do século XIX e início do século XX deu-se início a um processo de reestruturação dos países ao sistema produtivo, gerando o conceito de civilização e a necessidade de criação de novas instituições sociais, como as instituições de educação popular. A responsabilidade Estatal com os desfavorecidos passou a ser vista como prova de civilização, e a pobreza, até então vista como fator natural, passou a ser uma questão de responsabilidade social. Através de iniciativas sociais assistencialistas, criam-se leis e propagam-se instituições sociais que pretendem assegurar o direito a saúde, a família, ao trabalho e a educação. Neste processo fica evidente a reestruturação social, marcada pela harmonia de interesses comuns (KUHLMANN, 2007).

No Brasil, no final do século XIX, surgem as primeiras propostas de instituições pré-escolares. Em 1899 foi fundado o Instituto de Assistência a Infância

do Rio de Janeiro abrindo filiais no Brasil e neste mesmo ano foi inaugurada a creche da Companhia de Fiação de Tecidos Corcovado que foi considerada a primeira creche destinada a filhos de operários no Brasil.

Somente com a realização do primeiro Congresso Brasileiro de Proteção a Infância, no ano de 1922, que fica evidente a preocupação político assistencialista a infância.

As Instituições de Educação Infantil foram difundidas como modernas e científicas, constituindo um novo modelo de civilização. (KUHLMANN, 2007). Faziam parte da política educacional e econômica, visto que a educação popular era a estratégia principal das políticas assistencialistas. É possível constatar que nesta época, o que diferenciava as instituições de educação infantil não eram sua origem ou seus objetivos, mas sim o público a que se destinavam.

Os jardins de infância foram implantados no Brasil como uma instituição voltada para a educação das elites, inspirados nas propostas educativas do educador alemão Froebel, que tinha como princípios o movimento, a relação com a natureza, a curiosidade, a imitação e a criatividade. Na rotina do jardim de infância da época estavam presentes atividades praticados na pré-escola de hoje, tais como: desenho, músicas, brincadeiras de roda, jogos organizados e histórias. Evidenciava-se, uma educação voltada para a moral e os bons costumes:

A preocupação com a formação dos bons hábitos, do cultivo, da docilidade, estava presente no jardim. As crianças eram alvo da constante intervenção e vigilância dos adultos; a educação moral, voltada para a disciplina, a obediência, a polidez, era o núcleo da formação, mesmo que no interior de um ambiente pedagógico bastante rico e diversificado (KUHLMANN, 2007, p. 159).

No início do século XX, surgem as primeiras instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil. As creches fundadas por indústrias pretendiam regulamentar as relações de trabalho, principalmente devido ao aumento do trabalho feminino.

De acordo com Kuhlmann (2007, p. 87) “a creche não era defendida de forma generalizada, pois trazia à tona conflitos, tais como a defesa da atribuição de responsabilidade primordial à mãe na educação da pequena infância.” Entretanto, a necessidade da criação de creches se confirmava através das condições de vida da mulher pobre e trabalhadora. As políticas assistencialistas, influenciadas pelos saberes jurídicos, médicos e religiosos, justificavam a implantação de creches no

país. Evidenciavam-se na educação infantil da época, as preocupações com o cuidado médico-higienista e os primeiros estudos de psicologia infantil.

Do ponto de vista médico-higienista, o grande tema associado à assistência a infância era a mortalidade infantil. Além disso, as propostas se integravam ao projeto mais geral de saneamento para atingir a civilização e a modernidade. (KUHLMANN, 2007, p. 90).

Nesta mesma década, houve ainda, um movimento popular na busca pela democratização do ensino, que passou do caráter elitista das épocas colonial e imperial para um direito de todos. Os movimentos educacionais da época eram fundamentados nos princípios da psicologia do desenvolvimento, uma tendência crescente nos Estados Unidos e na Europa. Entretanto, a educação de crianças de 0 a 6 anos ainda era marcada pelo caráter médico higienista, como relata Kramer (1995, p.55):

Naquele momento, as crianças de zero a seis anos, porém, eram assistidas basicamente por instituições de caráter médico, sendo muito poucas as iniciativas educacionais a elas destinadas. Esta tendência pode ser entendida mediante a escassez extrema de verbas destinadas à educação frente à situação de analfabetismo do país.

Após a década de 1930, a temática da criança despertava atenção da política nacional e da iniciativa particular, sendo tomadas medidas burocráticas que influenciavam no atendimento à criança. O atendimento proposto nesta época tinha grande destaque na medicina preventiva, vista como “uma maneira de remediar e socorrer a criança e sua família, genericamente concebida como família moderna, que era considerada como o foco do problema” (KRAMER, 1995, p. 59). Culpava-se então a família desestruturada pelo enfraquecimento da autoridade paterna e pela ausência da mãe no lar devido ao aumento do trabalho feminino e pelos problemas da criança.

Na década entre 1940 a 1950, além do foco médico assistencialista na educação de crianças pequenas se destacavam os programas de fortalecimento a família, que por meio de ações que valorizavam o trabalho da mulher no lar e o seu papel na educação dos filhos visavam à reestruturação familiar, diminuindo assim o número de menores abandonados.

Durante a década de sessenta, órgãos ligados a ONU (Organização das Nações Unidas) ampliavam sua atuação no campo da infância, reconhecendo a importância da educação enquanto um preparo para a vida

adulta, difundindo a idéia de que era necessário preparar as crianças para contribuir com o futuro do país. (KRAMER, 1995, p.77).

Do ponto de vista jurídico-policial, a preocupação com as leis do trabalho e as leis criminais enfatiza o tema da infância moralmente abandonada. Passam a ser determinadas medidas para os trabalhadores como beneficiários, e medidas assistencialistas, voltados para os mais pobres, entendidos como assistidos. O direito a habitação e a educação, não são mais vistos como direitos dos trabalhadores, mas sim como prêmio aos que forem merecedores de tais direitos. A pobreza é mais uma vez preconceituosamente discriminada, pois continuava sendo uma ameaça, à tranqüilidade das elites (classe alta da sociedade) que procurava assim, dificultar o seu acesso aos bens culturais. (KUHLMANN, 2007).

Deve-se ressaltar que o movimento assistencialista recebera críticas estruturadas no fato de que era necessária uma mudança social ampla e não apenas um movimento assistencial para resolver o problema da pobreza. Desta forma, evidencia-se que o assistencialismo não era uma unanimidade geral dentre os pensadores da época.

Na década de setenta, com as exigências apresentadas pelo mundo capitalista que levava a inserção cada vez maior da mulher no mercado de trabalho, a demanda por creches aumentou, de modo a corresponder com as necessidades sociais.

Por mais quase duas décadas, podemos perceber que o atendimento prestado a crianças de 0 a 6 anos é fragmentado, atribuindo para diferentes órgãos à responsabilidade em relação às questões da infância, tais como: o Ministério da Saúde, o Ministério da Previdência e Assistência Social, o Ministério da Justiça e Ministério da Educação. Segundo Kramer (1995, p. 87), esta fragmentação demonstra a forma com que a infância é tratada no Brasil:

Essa multiplicação do atendimento não é um problema meramente organizacional ou de caráter administrativo. Ela expressa, sobretudo, a forma estratificada com que a criança é encarada: o problema da criança é fragmentado e pretensamente combatido de forma isolada, ora atacando-se as questões da saúde, ora do “bem-estar” da família, ora da educação.

Já na década de oitenta, diferentes setores da sociedade, como organizações não-governamentais, pesquisadores na área da infância, comunidade acadêmica, população civil e outros, uniram forças com o objetivo de sensibilizar a



sociedade sobre o direito da criança a uma educação de qualidade desde o nascimento. Do ponto de vista histórico, foi preciso quase um século para que a criança tivesse garantido seu direito à educação na legislação, foi somente com a Carta Constitucional de 1988 que esse direito foi efetivamente reconhecido.

A conjunção destes fatores ensejou um movimento da sociedade civil e de órgãos governamentais para que o atendimento às crianças de 0 a 6 anos fosse amplamente reconhecido na Constituição de 1988, culminando no reconhecimento da Educação Infantil como um direito da criança, e não mais da mãe ou do pai trabalhadores. A partir daí, a Educação Infantil em creches e pré-escolas passou a ser legal, e um dever do estado e direito da criança artigo 208, inciso IV. “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”. (BRASIL, 1988).

A partir dessa Lei, as creches, anteriormente vinculadas à área de assistência social, passaram a ser de responsabilidade da educação. Tomou-se por orientação o princípio de que essas instituições não apenas cuidam das crianças, mas devem, prioritariamente, desenvolver um trabalho educacional.

Dois anos após a aprovação da Constituição Federal de 1988, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>5</sup> – Lei 8.069/90, que, ao regulamentar o art. 227 da Constituição Federal, inseriu as crianças no mundo dos direitos humanos. De acordo com seu artigo 3º, a criança e o adolescente devem ter assegurados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, para que seja possível, desse modo, ter acesso às oportunidades de “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”. (BRASIL, 1994a).

Segundo Ferreira (2000, p. 184), essa Lei é mais do que um simples instrumento jurídico, porque:

Inseriu as crianças e adolescentes no mundo dos direitos humanos. O ECA estabeleceu um sistema de elaboração e fiscalização de políticas públicas voltadas para a infância, tentando com isso impedir desmandos, desvios de verbas e violações dos direitos das crianças. Serviu ainda como base para a construção de uma nova forma de olhar a criança: uma criança com direito de ser criança. Direito ao afeto, direito de brincar, direito de querer, direito de não querer, direito de conhecer, direito de sonhar. Isso quer dizer que são atores do próprio desenvolvimento.

Além da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, destaca-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

de 1996, que, ao tratar da composição dos níveis escolares, inseriu a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica. Essa Lei define que a finalidade da educação infantil é promover o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996). De acordo com o Ministério da Educação, o tratamento dos vários aspectos como dimensões do desenvolvimento e não áreas separadas foram fundamentais, já que evidencia a necessidade de se considerar:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

Desse modo, verifica-se um grande avanço no que diz respeito aos direitos da criança pequena no Brasil, uma vez que a educação infantil, além de ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, embora não obrigatória, é um direito da criança e tem o objetivo de proporcionar condições adequadas para o desenvolvimento do bem-estar infantil, como o desenvolvimento físico, motor, emocional, social, intelectual e a ampliação de suas experiências.

## **2.1 A Educação Infantil e as características da fase pré-escolar**

A expansão da educação infantil no Brasil e no mundo tem ocorrido de forma crescente nas últimas décadas. Após o século XX, com a concepção da criança como um sujeito de direitos e políticas públicas defendendo a Educação Infantil como primeira etapa na educação básica, a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990 a Lei de Diretrizes e Bases de 1996, visam garantir o direito da criança a este atendimento.

Para Kramer (2005, p.20) “todos esses documentos são conquistas dos movimentos sociais, movimentos de creches, movimentos dos fóruns permanentes de educação infantil.”.

Anteriormente, a educação de crianças de 0 a 6 anos era focada no cuidado e nas necessidades básicas. Entretanto, a partir de novas perspectivas psicológicas, o trabalho nas instituições de Educação Infantil passa a focar o desenvolvimento da criança, sua relação com os outros e com sua realidade cultural.

Para tanto, é necessário a compreensão das características das crianças na fase pré-escolar. (KUHLMANN. 2007).

O objetivo da educação infantil, não se fundamenta na compensação de deficiências sociais, e nem no preparo para o processo de alfabetização. A educação infantil possui características próprias, a criança desta faixa etária, conhece o mundo diferentemente do adulto, possui uma linguagem própria que deverá ser aperfeiçoada no processo de ensino aprendizagem. A relação com o adulto nesta fase do desenvolvimento será essencial para a efetivação desse processo infantil de conhecimento do mundo.

Segundo Kramer (2005, p. 20) “as crianças participam da construção de seu conhecimento como sujeitos ativos, fazendo uso dos esquemas mentais próprios a cada etapa de seu desenvolvimento. Constrói noções e conceitos na medida em que age, observa e se relaciona com o mundo físico”. No decorrer das atividades que realiza ela aprende, na fase pré-escolar desenvolve-se sensorialmente, aperfeiçoando a capacidade de se orientar no tempo e no espaço através da manipulação de objetos. Nesta fase a criança adquire um mundo interno relativamente estável desenvolvendo uma personalidade que não é totalmente madura. É nesta faixa etária que a criança dá início ao processo de assimilação das normas de conduta sociais, tendo o adulto como principal modelo de comportamento.

A observação cotidiana nos mostra que a criança tem um modo de agir, sentir e pensar bem diferente do adulto e se desenvolve de acordo com as experiências que vivencia. Ao pensar, a criança utiliza toda a experiência que lhe é transmitida pelos adultos. Mukhina (1995, p. 40) afirma que:

As crianças assimilam este mundo, a cultura humana, assimilam pouco a pouco as experiências sociais que esta cultura contém, os conhecimentos, as aptidões e as qualidades psíquicas do homem. É essa a herança social. Sem dúvida, a criança não pode se integrar na cultura humana de forma espontânea. Consegue-o com a ajuda contínua e a orientação do adulto - no processo de educação e de ensino.

Durante os sete primeiros anos de vida ocorre à maturação do cérebro humano, então a criança passa a assimilar melhor as informações recebidas e aumentando as condições para uma educação mais concreta. Entretanto, o processo de maturação do cérebro depende da educação recebida. O organismo em fase de desenvolvimento é o mais propício para um trabalho educacional. Segundo

Mukhina (1995, p. 43) “o ensino na infância exerce uma influência mais poderosa no desenvolvimento das qualidades psíquicas do que o ensino na idade adulta”.

A criança pré-escolar assimila diversas ações através do ensino. Primeiro assimila o mais simples, passando assim para o mais complexo, de acordo com o que assimilou anteriormente. Nos sete primeiros anos de vida a criança assimila vários tipos de ação, sendo os três principais a comunicação, uso dos objetos e o jogo.

Entre os três e os sete anos, as principais atividades da criança são, além da brincadeira, atividades produtivas como o desenho, a colagem e a construção. O brinquedo é de extrema importância nesta fase do desenvolvimento infantil, já que estimula a imaginação, propicia a socialização com outras crianças, além de permitir a assimilação de normas de comportamento. Já o desenho, a colagem e as atividades de construção auxiliam no desenvolvimento da percepção da criança.

As crianças aprendem muito através de brincadeiras ou de ações que lhe sejam interessantes. É precisamente na interação com o grupo que a criança tem de aplicar normas de comportamento e a auto-afirmação. Esses sentimentos se desenvolvem entre a primeira infância e a idade pré-escolar, quando a criança desenvolve sua individualidade, ao longo desta fase, a criança assimila as normas morais e aprende a avaliar suas próprias ações.

Neste período, os sentimentos prevalecem em todos os aspectos da vida da criança, entretanto, ela ainda não sabe dominá-los. Posteriormente, a criança aprende a controlar seus sentimentos, ela não apenas os reprime, mas também os manipula para que cheguem às pessoas que as rodeiam. A criança assimila as formas de expressão que o homem utiliza para exteriorizar seus sentimentos por meio da imitação.

Segundo Mukhina (1995, p. 228) “ao começar a infância pré-escolar a criança compreende bem a linguagem e a utiliza para se comunicar com os que a rodeiam, mas ainda não é capaz de realizar operações complexas mediante instruções verbais”. Na idade pré-escolar, a criança amplia seu círculo social, tornando-se mais independente e estendendo as relações familiares, de modo a se comunicar com mais pessoas. Com o desenvolvimento da inteligência, a criança em idade pré-escolar busca relações entre objetos, fenômenos e ações para resolver problemas mais complexos.

Segundo a mesma autora, a evolução do pensamento da criança, permite que planeje suas ações. A criança passa a recorrer ao pensamento para interpretar o meio que a cerca, procurando explicação para os fenômenos que lhe interessa. À medida que adquire novos conhecimentos passa a resolver problemas mais complexos.

No início da fase pré-escolar, a criança desenvolve intensamente sua memória, recordando e reproduzindo o que se recorda. A imaginação da criança se desenvolve através da representação. Nesta fase, ela substitui objetos, situações e fatos reais por outros de caráter imaginário. (BRASIL, 1998).

As atitudes da criança com o ambiente que a rodeia são resultado direto das expectativas do adulto quanto a esta criança. Desde cedo à vida da criança é totalmente determinada pelo adulto, e o contato físico com eles é direto. Por essa idade exige-se que a criança tenha certa autonomia, aprendendo a comer, se vestir e realizar outras ações sozinhas.

Esses traços refletem o duplo lugar em que a criança em idade pré-escolar ocupa na sociedade. Por um lado, espera-se que ela compreenda a atitude humana, saiba diferenciar o bem do mal, cumpra as regras de conduta de maneira consciente. Por outro lado, o adulto satisfaz todas as necessidades vitais da criança, não lhe atribui obrigações sérias nem se mostra excessivamente exigente com o resultado dos atos infantis (MUKHINA, 1995, p. 61).

Ainda segundo Mukhina (1995, p. 297) “a preparação psicológica com vistas ao futuro prosseguimento dos estudos na escola é uma das metas mais importantes da formação da criança pré-escolar”. Sendo função da escola propiciar à criança conhecimentos e hábitos necessários para a realização das atividades humanas, tais como o domínio da linguagem, a orientação no espaço e no tempo e do desenvolvimento do pensamento e da imaginação.

### 3 A RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Historicamente, a escola e a família, tal qual as conhecemos hoje, são instituições destinadas ao cuidado e educação das crianças e jovens. A escola é responsável pela transmissão formal de conhecimentos, tendo como objetivo complementar a educação recebida na família, que através de suas práticas cotidianas reproduz nos indivíduos as normas, costumes e valores de um determinado grupo social.

Ainda nos dias atuais, a família e a escola compartilham objetivos incomuns em relação à educação das futuras gerações, porém, utilizam de práticas diferenciadas para alcançar tais objetivos.

A escola é a instituição que tem como função a socialização do saber sistematizado, ou seja, do conhecimento elaborado e de culturas variadas. De acordo com Saviani (2005), a escola se relaciona com a ciência e não com o senso comum, e existe para proporcionar a aquisição de instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência) e aos rudimentos (bases) desse saber. A contribuição da escola para o desenvolvimento do sujeito é específica à aquisição do saber culturalmente organizado que é transmitido de forma intencional e planejado.

No que diz respeito à família, a educação ocorre de maneira informal, através de atividades e hábitos cotidianos, “um dos seus papéis principais é a socialização da criança, isto é, sua inclusão no mundo cultural mediante o ensino da língua materna, dos símbolos e regras de convivência em grupo, englobando a educação geral e parte da formal, em colaboração com a escola” (POLONIA e DESSEN, 2005). Entretanto, dependendo da articulação entre escola e família, torna-se possível a melhoria da qualidade educacional em ambas as instituições.

Com o passar dos anos a estrutura familiar vem sofrendo intervenções e alterações na organização do seu padrão tradicional, em consequência das mudanças ocorridas no processo de globalização capitalista, por isto devemos entender que o conceito de família é variado e está em constante transformação.

Parellada (2002 apud KRAMER, 2005, p. 47) diz que “essas transformações fazem parte do processo de reestruturação que a família tem sofrido, o qual pode fragilizar o sentimento de segurança das pessoas, com a falta ou a diminuição da sociedade familiar, a falta de estabilidade emocional dos filhos.”

Como consequência dessas mudanças, a escola além de ensinar o

conhecimento sistematizado, acaba assumindo as responsabilidades que até então eram obrigações da família.

Por muito tempo persistiu a ideia de que a presença da família na escola era considerada como uma invasão, hoje, pelo contrário, vem sendo refletida constantemente estratégias para incentivar a maior participação da família no cotidiano escolar. As implicações da vida moderna e a necessidade crescente da inserção da mulher no mercado de trabalho modificaram a vida familiar e a relação entre pais e filhos, culminando com a mudança na organização familiar e alterando os papéis de cada membro da família. A mãe agora sai de casa para trabalhar e garantir o sustento dos filhos, que ficam aos cuidados dos irmãos mais velhos, de parentes ou de instituições educativas como a creche. A este respeito, Perez (2007, p. 10) afirma que:

É comum ouvirmos que o grupo familiar, está em crise e, até mesmo se extinguindo. Na verdade, o que vem ocorrendo são mudanças nos papéis dos membros da família, em decorrência das alterações sociais que, por sua vez, acabam colaborando para a existência de diversas formas de constituição e modalidades de educação familiar.

Para que a relação entre família e escola não fique no vazio devemos buscar alternativas que dêem lugar ao significado e a participação, contando com a colaboração das famílias.

Na educação infantil existem vários meios que entrelaçam a comunicação entre família e escola como os momentos de entrada e saída, as reuniões de classe, as festas e entrevistas, a construção do Projeto Político Pedagógico desta maneira a família tem maior participação e as duas instituições acabam por se conhecerem melhor.

As relações entre a família e a escola devem consistir em uma preocupação de todos os profissionais da educação, sobretudo dos que trabalham com a educação infantil. A relação entre a escola e o lar deve ser um dos eixos centrais desse segmento da educação. (MEDEIROS, 2003, p. 47).

Atualmente vemos situações em que as famílias são submissas aos professores, pois ainda existem educadores que se consideram como os únicos conhecedores do saber pedagógico, não oportunizando que as famílias participem da vida escolar de seus filhos. A este respeito, Medeiros (2003, p. 48) afirma que:

As práticas curriculares ainda não assumiram o compromisso de considerar e interpretar a participação das famílias como enriquecedora do trabalho

pedagógico, dando-lhes a oportunidade de serem ouvidas, de não se sentirem ignorantes, analfabetas e tampouco aptas a opinar e tomar decisões juntamente com a equipe docente da escola.

A família desempenha um papel fundamental, pois, é através dela que a criança será inserida no mundo ao seu redor. A creche é um dos contextos onde um número bastante expressivo de crianças pequenas passa grande parte de seu tempo, a qualidade de seus serviços e o atendimento às comunidades carentes é cada vez mais discutida. Bhering e Nez (2002, p. 65) definem a importância da relação família e creche nos primeiros anos de aprendizagem da criança, afirmando que:

A importância do envolvimento de pais nesta fase é então auto-explicativa: a família e escola/creche, juntas, podem promover situações complementares e significativas de aprendizagem e convivência que realmente vão de encontro às necessidades e demandas das crianças e de ambas as instituições. Apesar de haver diferenças distintas entre as obrigações da família e da escola, há também responsabilidades e objetivos incomuns entre elas. Criar condições, ambientes e atividades favoráveis para o desenvolvimento da criança é um dos objetivos (e desejos) de ambas as instituições. A família e a escola dividem e partilham suas responsabilidades no que diz respeito à educação e a socialização das crianças. Desta forma, o envolvimento de pais na escola/creche é, atualmente, considerado um componente importante e necessário para o sucesso das crianças.

A participação presencial das famílias é de grande importância para a escola, mas não podemos ignorar a realidade de muitas delas, que por questões financeiras tem que trabalhar e muito para dar uma vida mais digna a sua família e que por esta questão muitas vezes ficam impossibilitadas de participar.

São muitos os desafios presentes na relação família/creche, decorrentes principalmente de como pais e educadores se relacionam durante o processo de ensino aprendizagem. É uma prática comum por parte de muitos educadores atribuir a responsabilidade aos problemas de aprendizagem dos alunos à família, vista como desestruturada ou negligente. Esta prática acaba resultando no distanciamento das famílias no cotidiano escolar.

A partir deste panorama, podemos verificar o quanto a escola apresenta dificuldades em oferecer uma comunicação que estimule a relação família-escola, criando um espaço de acolhimento dos pais, de modo que eles possam se sentir aceitos, conhecer o trabalho realizado e contribuir para esta tarefa sem que tenham de se tornar os “professores particular” dos filhos fora do espaço escolar. (PEREZ, 2007, p.17).



A educação infantil é uma instituição educativa que atende em período integral grande quantidade de crianças pequenas, assim, é de grande importância a atuação da família em seu cotidiano. Desta maneira, torna-se necessário a construção de uma parceria que possa substanciar o papel da família no desempenho escolar dos filhos e o papel da escola na construção de personalidades autônomas moralmente e intelectualmente falando. Conforme Macedo (1996), “a determinação conjunta em oferecer uma experiência construtiva, que torne a criança melhor, tanto em relação aos conhecimentos escolares, quanto aos valores e princípios que nortearão a sua conduta [...]”.

A comunicação e o relacionamento frequente entre as pessoas envolvidas no processo educativo refletem diretamente no desenvolvimento das crianças atendidas pela creche. Deste modo, o envolvimento dos pais com o cotidiano escolar de seus filhos torna-se um componente essencial para o sucesso do trabalho escolar, como define BRASIL (1996):

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: VI- articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII- informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

A creche muitas vezes não se articula de modo a receber cotidianamente a presença dos pais, que geralmente, apenas deixam e buscam seus filhos no portão, desconhecendo o trabalho realizado na instituição, o que cria nos pais certa insegurança em relação ao desenvolvimento de seus filhos. Evidencia-se então que é necessário a realização de trabalhos que estimulem a participação dos pais, de modo a contribuir para a qualidade do trabalho com as crianças. Entretanto, para que isto ocorra é importante que a escola busque conhecer a realidade dos seus alunos e de suas famílias, buscando as melhores práticas educativas, procurando oferecer atividades que se adaptem as características da comunidade escolar.

De acordo com o sentido piagetiano, a relação escola-família prevê o respeito mútuo, o que significa tornar paralelos os papéis de pais e professores, para que os pais garantam as possibilidades de exporem suas opiniões, ouvirem os professores sem receio de ser avaliado, criticado, trocarem pontos de vista. Tal parceria implica em colocar-se no lugar do outro, e não apenas enquanto troca de favores. Segundo Piaget (2000, p.50):

Uma ligação estreita e continuada entre os professores e os pais leva, pois a muita coisa mais que a uma informação mútua: este intercâmbio acaba resultando em ajuda recíproca e, freqüentemente, em aperfeiçoamento real dos métodos. Ao aproximar a escola da vida ou das preocupações profissionais dos pais, e ao proporcionar, reciprocamente, aos pais um interesse pelas coisas da escola, chega-se até mesmo a uma divisão de responsabilidades [...]

É preciso investigar as circunstâncias que tem afastado a participação familiar da escola e buscar conhecer qual a realidade das famílias de nossos alunos, quais são suas dificuldades e seus planos. E então, a partir do conhecimento sobre a realidade da comunidade escolar, elaborar estratégias pedagógicas compatíveis com a realidade dos educando e avaliar nossas ações em busca de melhorias no processo educativo. De acordo com Perez (2007, p.168):

Poderíamos pensar em melhorias na relação família escola, refletindo sobre a necessidade de a escola conhecer mais a realidade de seus alunos e o que as famílias desejam para seus filhos. Mais do que isso, seria importante a escola adquirir meios de estabelecer uma comunicação mais eficiente e equilibrada com as famílias, no sentido de discutirem dificuldades presentes na educação das crianças, buscando de forma coletiva encontrar estratégias adequadas para o enfrentamento e incentivo à escolarização, pautadas por uma relação família-escola que considere a diversidade de características inerentes a cada instituição.

Uma relação harmônica entre família e escola é de ganho para ambas as partes do processo educativo. Entretanto, para que esta parceria se desenvolva de forma positiva é necessário que a família não atribua somente à escola a responsabilidade pelo processo formativo da criança e que a escola abra espaço para a participação da família, não somente em eventos esporádicos como em reuniões de pais, reuniões estas que servem mais para chamar a atenção dos pais sobre a lista de problemas dos filhos, sobre seu péssimo rendimento /desenvolvimento, reuniões muito extensas, sem planejamento adequado, onde só o professor pode falar, mas cotidianamente, de forma que os pais e responsáveis se conscientizem da importância de sua participação no processo educativo e participem ativamente na educação escolar de seus filhos.

#### 4 RESGATANDO A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA

No município de Urussanga, a história da Educação Infantil, segundo registros encontrados, teve início no ano de 1948, na Instituição denominada “Paraíso da Criança”, estabelecimento destinado a “Creche, Casa Maternal e Jardim de Infância”, [...] “que tinha por finalidade receber, abrigar, vestir, alimentar, educar e dirigir gratuitamente os menores órfãos, os abandonados ou verdadeiramente pobres, de ambos os sexos, sem distinção de raça ou religião. O Paraíso da Criança mantinha três setores distintos, para atender tecnicamente as necessidades decorrentes das contingências étnico-geográficas das zonas carboníferas. (Estatuto do Paraíso da Criança, 1958, artigos 1º, 2º e 6º).

Chamada na época de “pequena creche” era destinada aos lactentes, crianças de 3 meses a 2 anos e dispunha de berçário apropriado. “A ‘Casa Maternal’ também dispunha de vestuário e demais instalações e deveria oferecer a criança o conforto necessário e ambiente familiar”. (artigo 6º incisos 1 e 2).

O “Jardim de Infância” era dividido em quantas salas, caso fosse necessário, e seu objetivo era o intercâmbio social entre as crianças do internato e do externato com idade de 3 a 7 anos, essa instituição era administrada pelas Freiras.

De acordo com a Proposta Curricular de rede municipal de Urussanga, “as crianças da sociedade frequentavam o Jardim de Infância (o externato) pagando uma mensalidade convencional, o lucro das mensalidades era repassado em benefício de crianças desamparadas que eram adotadas pelo educandário” (Artigo 7º inciso 1).

Segundo relato da aluna Maria Aparecida João que estudou na instituição, como ‘aluna externa’ em 1970, fala sobre suas lembranças, “das brincadeiras em sala de aula, da professora que era muito alegre e cantava todos os dias, das rimas que mantém viva na sua memória, como: “jura polenta dura, macaco sem cintura”. Não lembra de ter escrito nada, ou seja de ter usado caderno de linhas, mas sim de ter brincado com tacos de madeiras, desenhado e pintado muito. Lembra das brincadeiras de pega-pega, passar anel, entre outras que eram realizadas na hora do lanche pela ajudante da professora. Quanto ao mobiliário era composto de mesas e cadeiras pequenas e agrupadas.

As crianças que não eram internas usufruíam do transporte particular para chegar até a instituição, este transporte era um ônibus que foi chamado pelas crianças de “Arca de Noé”, pois era de madeira, com forma arredondada e com desenhos de bichos.

Foi por meio da Fundação Catarinense do Bem Estar do Menor (FUCABEM) que era mantida pelo Estado que no final da década de 70, mais precisamente no início dos anos 80 que iniciou a expansão da Educação Infantil, no município de Urussanga, atendendo crianças de 2 a 6 anos de idade atendendo até o reforço escolar compreendendo uma faixa etária de 03 a 14 anos de idade, em escolas do Estado. Neste mesmo período estavam sendo implantadas novas turmas de Educação Infantil no município o qual eram denominadas de Jardim de Infância e Pré, nas redes municipal, estadual e particular.

Havia também uma turma de Educação Infantil que era mantida pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) e atendia crianças de 02 a 06 anos de idade em período integral. Com a extinção da LBA foi requerido à construção de uma nova Creche, e em 1993 a Prefeitura Municipal alugou da Associação das Damas de Caridade o pavilhão Celso Ramos criando o “Jardim de Infância Favo de Mel”, o qual ficou no local até o ano de 2000, pois adquiriu sua própria sede no Bairro das Damas, passando a se chamar “Centro de Educação Infantil Elias Biz”, atualmente atende crianças de 2 a 6 anos de idade em 7 turmas, sendo uma em período integral.

O Casulo foi um dos primeiros Jardins de Infância mantidos pela Prefeitura Municipal e funcionava no Centro Social Urbano e atendia crianças na idade de pré- escolares vindas de famílias com melhor poder aquisitivo.

Em 1989, foi inaugurada uma turma nova em uma das salas do Centro Social Urbano que foi chamada de “Gente Importante” que atendia crianças de 2 a 6 anos, sua atuação era voltada a educação assistencialista, não havendo período de férias.

A Prefeitura Municipal Iniciou em 1991 a construção de um prédio localizado no Bairro da Estação com o intuito de atender essas crianças e foi no início de 1992 que a instituição começou a funcionar no novo prédio o qual passou a se chamar “Vereador Erotides Oprendino Borges”, atualmente é o maior Centro de Educação Infantil do município e possui 11 turmas, com faixa etária entre 2 a 6 anos, sendo que 5 funcionam no período integral.

Devido à necessidade de mães começaram a deixar suas casas para

trabalharem, teve início a implantação de novas turmas e novos Centros de Educação Infantil em outros bairros e comunidades.

No ano de 1978, foi criada a primeira turma na comunidade de Santana, sendo denominado “Jardim de Infância Santana”, que funcionou por vários anos no Barracão da Capela. Em 1981, a comunidade de Santana foi contemplada com a construção de um prédio, passando a se chamar Jardim de Infância “Branca de Neve”. Somente no ano de 2000, a instituição passou a denominar-se “Centro de Educação Infantil Sérgio Teixeira” e, atualmente, atende crianças com idade entre 01 a 06 anos.

#### **4.1. Proposta Curricular do Município de Urussanga: Diretrizes e Eixos Estruturadores da Ação Pedagógica**

O processo de elaboração deste documento teve início no ano de 2008 e foi resultado de um trabalho coletivo, o qual envolveu professores/as e coordenadoras (es) pedagógicos que foram assessorados por uma equipe da Universidade do Sul de Santa Catarina-UNISUL. Neste ano de 2011, está passando por reformulação. A produção deste documento buscou embasamento teórico e legal na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, na proposta Curricular do estado de Santa Catarina entre outros.

A proposta é uma forma de melhor atender e delimitar as funções e objetivos destas instituições de caráter educativo e que partilham com as famílias a responsabilidade de educar e cuidar das crianças de 0 a 6 anos, buscando romper com o caráter assistencialista e compensatório de educação infantil e avançar na direção de uma proposta de educação emancipatória. Diante destas afirmações, Urussanga (2008 apud SANTA CATARINA, 1998, p. 23) ressalta que:

Na instituição de educação infantil, pode-se oferecer às crianças condições para a aprendizagem que ocorrem nas brincadeiras e aquelas advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos. É importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversas, ocorrem de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil.

As Diretrizes Educacionais-Pedagógicas da rede municipal de Urussanga tem como objetivo a garantia de uma formação integral da criança, orientando para

as diferentes dimensões humanas: a linguística, a intelectual, a expressiva, a emocional, a corporal, a social e cultural e a garantia de seus direitos.

Deste modo, a proposta pedagógica da Educação Infantil (URUSSANGA, 2008, p. 21) consiste:

Na legitimação das práticas sociais das crianças, seus diferentes modos de ser e agir, suas culturas, suas inelebilidades, interesses e necessidades. Isso consiste em um trabalho pedagógico pautado na: valorização e legitimação das ações sociais da criança e sua participação no cotidiano onde esta inserida; reconhecimento das crianças como sujeitos que se expressam através das múltiplas linguagens e que reproduzem/produzem culturas; compreensão de que o cotidiano da educação infantil deve constituir-se como lugar de vivência plena da infância, de ampliação, diversificação e sistematização das experiências e conhecimentos das crianças, através das interações sociais, das brincadeiras e das mais variadas formas de linguagem e contextos comunicativos; compreensão de que o espaço –tempo da instituição de educação infantil é também lócus de formação dos profissionais e produção de conhecimento acerca das crianças; reconhecimento e legitimação dos direitos fundamentais das crianças, contemplados nos Critérios para um Atendimento em Creches que respeitam os Direitos Fundamentais das crianças.

Os processos de constituição das crianças envolvem as dimensões da ludicidade, da afetividade, da cognição, das linguagens. Portanto, o trabalho educacional deve ser organizado a partir dessas dimensões, privilegiando trocas, acolhimento e aconchego para garantir relações significativas de bem-estar, entre as crianças, entre elas e os adultos.

A proposta curricular da rede de ensino municipal de Urussanga elegeu como Eixos Estruturantes da ação pedagógica, para desenvolver as crianças em todos os seus aspectos: interação e mediação, ludicidade, brincadeira e linguagem, é claro que cada área com seus aspectos bastante específicos, e a concepção histórico-cultural como suporte de todas as práticas pedagógicas.

Os jogos, as brincadeiras, a motricidade, noções de espaço as experiências lúdicas das crianças e o desenvolvimento da linguagem, são produtos de múltiplas interações sociais. Deste modo, é necessária a existência de espaços promotores de interações, de significações a partilhar, portanto de cultura. (URUSSANGA, 2008, p. 29).

Segundo a proposta curricular, as crianças aprendem sobre suas capacidades e limites e sobre a realidade na qual estão inseridas nas interações com os objetos do mundo físico e social, entre pares e com os adultos. Para tanto o professor deve ser um mediador não só de cultura, mas também das dimensões que envolvem o cuidado, o afeto, as emoções, a sensibilidade.

Quanto à prática pedagógica a ser desenvolvida nas instituições de educação infantil, a proposta aponta para um trabalho a partir de projetos justificando sua importância, especialmente, se forem pensados e articulados em torno de perguntas que as crianças fazem. “As perguntas, hipóteses e curiosidades das crianças em relação ao mundo no qual está inserida devem ser consideradas como indicativos para a organização do projeto, dos tempos e espaços”. (URUSSANGA, 2008 p. 103).

E o texto segue afirmando que: “O que não se pode abrir mão é de planejar de modo intencional as atividades diárias que fazem parte do cotidiano das instituições: momentos de descanso/sono, alimentação/acolhida das crianças e famílias, entre outras”. (URUSSANGA, 2008, p. 104).

Percebemos, no parágrafo acima, a família sendo citada no momento da acolhida nas escolas, sentimos falta da participação da família em outros momentos importantes como reuniões, conselhos de pais e mestres e por que não, escola de pais? Mas entendemos também, que esta é uma decisão política que cabe a cada grupo tomar. Buscamos referência em (KRAMER, 2005, p.100) “O conhecimento, o relacionamento franco e a participação das famílias das crianças na vida da escola são componentes fundamentais de uma proposta pedagógica”.

De acordo com a proposta curricular, as avaliações são realizadas, por meio de observação e registro de produções realizadas pelas crianças. A observação na educação infantil é fundamental. Implica predispor-se a educar o olhar para observar cada criança e o grupo, de modo a alcançar e apreender experiências significativas para elas. Pois como nos diz Ostetto, (2000, p. 21):

A prática do registro é importante por nos permitir construir a ‘memória compreensiva’, aquela memória que não é só simples recordação, lembranças, vãs, mas é base para a reflexão do educador, para análise do cotidiano educativo e do trabalho desenvolvido pelo grupo.

A qualidade do trabalho docente requer formação permanente, através da participação em cursos, oficinas, seminários, visitas a museus, passeios, trocas de experiência entre as instituições, entre outros. A LDB 9394/96, estabelece o direito à formação continuada a todos os profissionais da educação. Aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim (BRASIL, 1996).

## 5 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida dentro de uma perspectiva qualitativa para melhor análise do problema. De acordo com Oliveira (1997, p. 324) neste tipo de pesquisa buscamos “desvendar a complexidade de uma determinada hipótese ou problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais [...]”.

Para analisar a visão que professoras e pais têm da relação escola e família na educação infantil dos alunos de 1 a 6 anos de idade, fez-se necessário uma pesquisa de campo, exploratório-descritiva.

A pesquisa descritiva procura identificar e explicar as características dos sujeitos ou fenômenos da pesquisa, a relação entre as variáveis, empregando técnicas padronizadas como o questionário e as observações sistemática. Até certo ponto se assemelha a pesquisa exploratória. Além disso, esse tipo de pesquisa visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, questionários e observação sistemática. (GIL, 1991, SOUZA, 2003).

De acordo com Gil (1991.p.45) “geralmente na pesquisa exploratória o pesquisador trabalha com levantamentos bibliográficos, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado, e análise de exemplos que estimulem a compreensão”.

O tipo de pesquisa inicialmente utilizada, foi bibliográfica como fonte de embasamento teórico. Após utilizou-se a pesquisa de campo, onde a coleta de dados foi realizada por meio de questionário conforme (APÊNDICE A e B), em anexo.

A pesquisa foi realizada no único CEI municipal, na comunidade de Santana município de Urussanga/SC que atende crianças de 01 a 6 anos de idade, pelo fato de já ter trabalhado nesta instituição e fazer parte da comunidade. Os sujeitos envolvidos na pesquisa foram 20 pais, sendo 10 pais com filhos matriculados no maternal I os quais foram denominados de pais da categoria A e 10 pais com filhos matriculados na pré-escola denominados de pais B ambas as turmas funcionam em período integral. Foram pesquisadas também duas professoras do maternal I o qual foram denominadas de professoras A e B, duas da pré-escola denominadas de professoras C e D. A participação dos pais no questionário aconteceu por adesão. Para tanto, firmou-se com os sujeitos participantes da



investigação um termo de consentimento (em anexo) onde estes autorizaram a publicação das informações. Os nomes dos participantes serão preservados, sendo usado um pseudônimo. Após a coleta de dados, deu-se espaço para sua análise, a partir do referencial teórico. A instituição pesquisada atende crianças das mais variadas classes econômicas e com estruturas familiares diversas.

## 6 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

As primeiras questões tiveram como objetivo identificar o nível de formação e escolaridade dos pais e das mães entrevistados, e os dados levantados foram: A instituição pesquisada atende crianças das mais variadas classes econômicas e com estruturas familiares diversas, como podemos observar no relato a seguir. Quanto à profissão dos pais, esta varia entre: mecânico, motorista, pedreiro, auxiliar de produção, operador de máquina; dentre as mães: diarista, cozinheira, balconista, agente de serviços gerais, auxiliar de produção, apenas uma trabalhava apenas em casa. O nível de escolaridade dos pais foi também bastante diversificado, pois havia os que possuíam apenas as séries iniciais do ensino fundamental, ensino fundamental completo (maioria) e ensino médio.

Passamos a seguir, a análise das demais questões.

Ao serem perguntados sobre a importância da educação infantil os pais da categoria A e B responderam que a educação infantil é importante, pois, deste modo as crianças se desenvolvem mais rapidamente. Como podemos observar na fala de um dos pais da Categoria A: “A educação infantil é importante para o desenvolvimento da criança, na escola ela aprende.” O pai da categoria B afirmou: “Por que desenvolve a auto-estima, criatividade e faz amigos”. As falas dos pais nos lembraram a Lei de Diretrizes e Base Nacional que diz:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

Sobre o motivo que os levou a matricular seu filho na instituição de educação infantil, as respostas que mais apareceram foram: a convivência com os colegas e a necessidade de trabalhar fora de casa dos pais. Assim respondeu um dos pais da categoria A: “Para ela ter um desenvolvimento mais rápido em relação à educação e a amizade”. Um dos pais da Categoria B diz: “Por que preciso trabalhar e também por que sei que é importante a criança frequentar a escola desde pequena.” A Educação Infantil é um direito de todas as crianças, porém a frequência fica como responsabilidade dos pais, então é dever do Estado oferecer vagas a elas, atualmente há uma grande procura por vagas pelo fato dos pais terem que trabalhar. “[...] O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de

oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988). A partir da Constituição de 1988 as crianças brasileiras, sem distinção de raça, classe social, ou qualquer forma de discriminação, passaram de “objetos” a sujeitos de direito, em condição de pessoas em desenvolvimento, e a quem se devem assegurar prioridade absoluta na formulação de políticas públicas e destinação de recursos.

Ao serem perguntados, sobre o papel do professor na instituição de educação infantil, os pais da categoria A e B, foram quase unânimes em afirmar que é cuidar bem dos alunos. Segundo um dos pais da categoria A: “O mais importante é cuidar dos nossos filhos”. Um dos pais da categoria B respondeu: “Na minha opinião o papel do professor é ser amigo das crianças, cuidar bem delas o dia todo”. Percebe-se na fala dos pais, que a função do professor, está bem voltada aos aspectos do cuidado e do bem estar das crianças, não aparecendo ainda a parte educativa. Conforme nos traz, BRASIL (1998): “cuidar significa ajudar o outro a se desenvolver como ser humano, valorizar e ajudar a desenvolver capacidades”.

Quanto às expectativas dos pais em relação ao trabalho da professora, os pais, na sua maioria, responderam que gostariam que as professoras fossem amigas das crianças, boas profissionais e que gostassem de crianças. Percebe-se que a maioria dos pais dissocia o cuidar do educar, o que eles esperam é que as professoras cuidem bem dos seus filhos. Apenas um dos pais da categoria A mencionou educar e o cuidar como podemos analisar: “Que ela desenvolva além do trabalho pedagógico, uma relação de afeto”. Já um pai da categoria B afirma: “Ajudando nas refeições, brincadeiras, dando atenção caso se machuquem etc.” Mesmo de forma ainda singela, nesta questão, apareceu o educar como função dos professores, nos remetendo a Proposta Curricular de Santa Catarina (1998, p. 23):

Educar significa, portanto propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

### **6.1. A participação da família na instituição de educação infantil**

Questionado se acham importante a participação da família na instituição, os pais da categoria A e B responderam que a participação é muito importante como

podemos analisar na resposta de um dos pais da categoria A: “Sim, é sempre bom todos estarem por dentro do que acontece com nossos filhos” e na resposta de um dos pais da categoria B: “Sim, para conhecer mais e saber tudo o que acontece na instituição”. Família e escola são parceiros na construção de valores para uma sociedade humanizada, neste aspecto, quando a criança tem o apoio da família desde pequena exercita a cidadania.

As relações entre a família e a escola devem consistir em uma preocupação de todos os profissionais da educação, sobretudo dos que trabalham com a educação infantil. A relação entre a escola e o lar deve ser um dos eixos centrais desse segmento da educação. (MEDEIROS, 2003, p. 47).

Perguntados sobre a participação na vida escolar de seus filhos, todos os pais responderam que participam de alguma maneira, principalmente citaram: nas reuniões, como relata um dos pais da categoria A: “Sim, em todas as reuniões, na hora de levar e buscar na escola”. Resposta de um dos pais da categoria B: “Participo das reuniões e ajudo nos trabalhos de casa.”

Fabian (1994 apud MEDEIROS, 2003, p. 49) diz que, “a participação que podemos estabelecer deveria estar em um âmbito teórico interpretativo e crítico ser uma participação própria de uma sociedade que se diz democrática que deve ser compreendida não somente como um mecanismo a serviço da gestão, mas principalmente como um processo de aprendizagem e meio de formação para os alunos, os professores e as famílias.” A reunião de pais é um importante instrumento de aproximação entre a família do aluno e a escola. Acreditamos não ser o único e tão pouco o mais importante dos instrumentos, mas pode ser fundamental para que os pais se aprimorem como educadores dos filhos e compartilhem com os professores e com outros pais, as dificuldades, desafios e soluções da educação.

Quando questionados se foram convidados a participarem da construção do projeto político pedagógico da instituição que seu filho está matriculado, os pais do maternal disseram que não, demonstraram nem saber o que era, e do pré, apenas três pais responderam que sim. As respostas coletadas nos deram a entender que a instituição não apresentou e nem discutiu com os pais, este ano, seu projeto político pedagógico, o que é uma perda grande para ambas as instituições.

Quando perguntado aos pais quais as informações que eles gostariam de ter mais retorno da instituição a maioria dos pais responderam que é a relação professora x aluno, pois necessitam saber como anda a convivência entre ambos, se

as professoras estão exercendo corretamente a sua função. Como podemos perceber na fala de um dos pais da categoria A: “Gostaria de saber mais sobre como a professora age com meu filho dentro da sala de aula, pois acho que ela deve cuidar dele assim como eu cuido”. Um dos pais da categoria B respondeu: “Saber do relacionamento da professora com minha filha se ela está garantindo a segurança e a boa alimentação dela”.

Percebe-se, mais uma vez, que os pais ainda estão mais preocupados com os cuidados que as professoras devem ter com seus filhos em relação a alimentação, higiene e segurança, do que com o desenvolvimento cognitivo e sócio-cultural. Este comentário vem ao encontro do que lemos em BRASIL (1998, p. 25), onde diz “o cuidado precisa considerar, principalmente as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo.” Cuidar da criança é, pois muito importante, nesse sentido, principalmente quando o professor possui uma postura investigativa, e busca compreender as pistas dadas pelas crianças enquanto com elas está interagindo.

Quanto às reuniões marcadas pela escola, a maioria dos pais respondeu que elas são necessárias, mas por falta de tempo por terem que trabalhar muitas vezes ficam impossibilitados de participar. Como podemos analisar na resposta de um dos pais da categoria A: “São ótimas, gostaria de ir a todas, porém as reuniões são no meu horário de serviço”. Um dos pais da categoria B respondeu: “A escola faz a sua parte, mas não tenho tempo de ir às reuniões, pois é no horário que eu e minha mulher estamos ainda trabalhando.” Diante das falas da grande maioria dos pais, compartilhamos com KRAMER (2005, p.42) que diz: percebemos que com o cenário e as exigências de trabalho atuais, realmente é difícil para os pais, encontrarem tempo para a educação dos filhos. “Não é que eles não amem as crianças; mas sim, que precisam trabalhar para sustentar a família”. Nesse contexto, os professores precisam ser compreensivos e tentar restabelecer a relação entre a casa e a escola e aproximar os pais, dentro das possibilidades de tempo que eles disponham, da educação de seus filhos.

Ao perguntar como a escola informa das reuniões, os pais da categoria A e B responderam que é através de bilhetes colados no caderno de recados dos filhos as como podemos perceber na fala de um dos pais da categoria A: “Eles mandam todos os dias o caderno de recados e quando teve a reunião elas colaram

um bilhete”. Um dos pais da categoria B diz: “A professora manda o caderno do meu filho com um bilhete informando da reunião”. Percebe-se que os pais devem olhar o caderno dos filhos todos os dias, já que ele é enviado diariamente para casa. “Pois, se toda pessoa tem direito à educação, é evidente que os pais também possuem o direito de serem senão educados, ao menos informados e mesmo formados no tocante à melhor educação a ser proporcionada a seus filhos”. (Piaget, 1972/2000, p.50)

## **6.2 A Importância da relação entre a família e a escola na visão das professoras do CEI.**

As primeiras questões tiveram como objetivo identificar o nível de formação, tempo de serviço na educação infantil e gênero.

Analisando as respostas das professoras em relação ao seu grau de formação, percebeu-se que todas as quatro professoras possuem curso superior de pedagogia e pós-graduação, e pertence ao gênero feminino, motivo este que nos levou a tratá-las de professoras. Nota-se, nesta pesquisa, que todas as participantes encontram-se dentro dos padrões exigidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB 9394/96, no que tange a formação dos professores:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (BRASIL, 1996, art.62).

Quando perguntado para as professoras há quanto tempo elas atuam na educação infantil, a professora A respondeu que está há 22 anos, a professora B há 9 anos, a professora C respondeu que está atuando há 15 anos e a professora D a 28 anos. Percebeu-se que a professora B é a que está a menos tempo exercendo a profissão, mesmo assim, pode-se aferir que, estas profissionais já possuem uma trajetória profissional, que informa um acúmulo de experiências sociais, emocionais e profissionais.

Ao questionar às professoras sobre a função da educação infantil atualmente, as respostas foram diversificadas, a professora A respondeu: “No meu pensar a educação infantil é muito importante nos dias de hoje, pois é através dela

que as crianças começam a dar valor desde cedo”. A professora B respondeu: No processo de vinculação com as crianças, é dar limites, ensinar a se organizar e educar”. Já a professora C diz que a função da educação infantil atualmente é: “Propiciar um ambiente para que se sintam seguras e que seja prazeroso estar ali”. A professora D respondeu: “A socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma”.

As falas das professoras com as dos pais mostraram certa coerência, no que tange ao cuidar. “Sentimos falta, nas entrevistadas, da proposta curricular do município de Urussanga, que traz bem claro nos seus textos”: [...] a função das Instituições de educação infantil será de caráter educativo e que partilham com as famílias a responsabilidade de educar e cuidar das crianças de 0 a 6 anos, buscando romper com o caráter assistencialista e compensatório de educação infantil e avançar na direção de uma proposta de educação emancipatória. (URUSSANGA-2008). As professoras parecem estar mais preocupadas em cumprir o que diz o ECA: “[...] desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade” (BRASIL, 1994).

Quando questionado sobre sua compreensão em relação ao cuidar e educar as quatro professoras responderam que o cuidar e o educar estão integrados não podendo fazer um sem outro. Para ilustrar tal afirmação, trazemos a fala da professora C: “A partir do momento que você educa você cuida”. “Não dá para educar sem cuidar na educação infantil” e da Professora D: “Quando cuido educo, não consigo separar.”

Percebemos nestas respostas, que as entrevistadas, demonstraram saber qual é o conceito de cuidar e educar, conhecendo o que diz a LDB (9394/96), a educação infantil deve cuidar e educar, e o importante é que as instituições sejam pensadas não como substitutas da família, mas como ambiente de socialização diferente da família, onde nela se dá o cuidado e a educação das crianças. Mas percebemos também, comparando as falas dos pais e professoras, que há ainda certa dificuldade de ambas as instituições em perceberem a importância da educação infantil.

Ao questionar se as professoras acham importante a participação da família na instituição, todas responderam que sim. A professora A diz que: “Sim, pois a escola precisa da família para juntos desenvolverem um bom trabalho”. A

professora C relata: “Sim, pois as crianças são seres indefesos. A educação infantil faz a sua parte, sendo que se não houver esta interação a criança se prejudica”. Blanco (1997apud MEDEIROS, 2003, p.49) diz que “o importante é termos consciência de que não podemos limitar-nos a um tipo de participação e com isto transformá-la em um mecanismo de exclusão ou de auto-exclusão.”

Quando perguntado de que maneira acontece a relação família e escola, as professoras B e D afirmaram que a relação escola/famílias na instituição pesquisada é razoável acontecendo através de reuniões e a professora D acrescentou, “Algumas vezes na entrada e saída das crianças”, já a Professora B disse: “Acho necessária a escola promover mais atividades para trazer os pais na escola, pois este ano fizemos só uma reunião, e a outra vai ser em agosto.”

Mais uma vez, percebemos que houve coerência entre pais e professoras, principalmente analisando a fala da professora B. Entendemos também, que a relação família/escola é uma via de mão dupla, e o maior desafio é fazer uma escola bem relacionada com as famílias dos alunos. Acreditamos também, ser a reunião de pais e professores um bom momento para isso. Mas concordamos com Kramer (2005, p.103) quando diz:

É importante haver ainda, atividades integradoras de pais, crianças e equipe da escola, com o objetivo de estreitar os vínculos e os laços de convivência. Assim, ocasiões tais como Dia dos pais, das Mães ou Festa Junina podem dar lugar a eventos festivos, tornando-se as famílias, aos poucos, de convidadas em organizadoras.

Quando perguntado para as professoras, se acham necessária reunião de pais, todas elas responderam que sim, pois é através das reuniões que acabam tendo mais contato com os pais desta forma podendo informá-los sobre o que se passa com seus/suas filhos (as). A professora D relata: “Sim, pois nas reuniões nós professoras falamos do comportamento, dificuldades, habilidades dos alunos e isso todos os pais necessitam estar por dentro”. A professora B ressalta: “É importante, pois os pais precisam estar informados sobre a educação dos filhos”.

Percebemos nestas falas, que nas reuniões, é dada pela equipe da escola, maior ênfase ao desenvolvimento comportamental das crianças, onde, no entender de Kramer (2005), “seria o momento de falar sobre a proposta pedagógica, os projetos desenvolvidos, proporcionar troca de ideias sobre suas experiências positivas e negativas com os filhos, pedir sugestão de projetos.



Ao perguntar sobre a ausência dos pais nas reuniões, três professoras responderam que é a falta de tempo por terem que trabalhar. Já a professora C diz: “Penso que é o comodismo, irresponsabilidade. Achem que a instituição tem o compromisso com tudo, mas não é assim, de 57 pais vieram só 17 na reunião”.

A fala das três professoras veio de encontro com as dos pais, no que se refere a estarem trabalhando na hora da reunião, e a D, reforçou quando forneceu o número de pais que participaram da reunião.

Perguntado se elas acham que os pais conhecem a função da instituição a qual seus/suas filhos (as) estão matriculados duas professoras responderam que sim e as outras duas responderam que os pais não conhecem a função da instituição. A professora C escreveu: “Penso que ainda não. Os pais pensam que a instituição é assistencialista, que deve fazer tudo. Existem muitos pais acomodados”. Acreditamos na necessidade dos pais estabelecerem relações com a instituição para esta maneira conhecerem a função da instituição o qual seu filho frequentam, mas também acreditamos que, na maioria das vezes deva partir da escola esta iniciativa. Conforme nos diz Medeiros:

As práticas curriculares ainda não assumiram o compromisso de considerar e interpretar a participação das famílias como enriquecedora do trabalho pedagógico, dando-lhes a oportunidade de serem ouvidas, de não se sentirem ignorantes, analfabetas e tampouco aptas a opinar e tomar decisões juntamente com a equipe docente da escola. (MEDEIROS, 2003, p. 48).

Ao questionar as professoras sobre a necessidade de outras atividades buscando maior participação da família na escola, e sugestões de atividades, todas as professoras responderam ser necessário, e acrescentaram, professora A: “Pois é a família e a escola que são responsáveis pela formação e educação das crianças”. A professora B: “As reuniões aqui na escola são uma por semestre, não temos nenhuma festa marcada é pouco mesmo”. Percebemos nas falas das entrevistadas, que elas sabem que oportunizam pouco espaço para a família, que precisariam de mais contato, mas não sugeriram nenhuma atividade.

Acreditamos, ao final destas questões, que nos dias atuais, é necessário criar contextos que favoreçam a inserção das famílias no cotidiano escolar das crianças propiciando o conhecimento dos pais e responsáveis sobre a proposta pedagógica desenvolvida pela escola e favorecendo o trabalho pedagógico. Uma prática pedagógica que favoreça a relação escola e família enriquece o trabalho em

sala de aula à medida que possibilita o conhecimento da realidade dos alunos, melhor atendendo as suas necessidades.

## 7 CONCLUSÃO

Esta pesquisa bibliográfica e de campo nos possibilitou muitas reflexões e desafios, nos proporcionando novos aprendizados acerca da relação família e escola de educação infantil.

A educação não ocorre somente na escola, mas também em instituições sociais, como a família, o qual a criança desde os seus primeiros contatos com ela recebem a educação informal, aprendendo hábitos, normas e valores que as orientarão na sua jornada de vida. Portanto, uma educação de qualidade deve integrar a relação entre escola e família, objetivando o desenvolvimento das crianças por meio da relação entre a educação escolar e a educação informal.

Para tanto, torna-se necessário que os membros da equipe do CEI ao realizar o planejamento organizem atividades que contem com a participação da família e no processo de matrícula, busquem conhecer a realidade de seus educandos, devendo oportunizar que os pais conheçam a proposta pedagógica da instituição. Desta maneira, a instituição poderá atender com maior qualidade as necessidades de seus educandos, e os pais, ao conhecerem a proposta pedagógica se sentirão seguros para participar das atividades acompanhando o desenvolvimento dos filhos.

A partir das análises da pesquisa feita com os pais das crianças que frequentam a instituição de educação infantil e as professoras, foi possível desenvolver as informações a partir do problema da mesma, ou seja, Educação Infantil: Relação Escola e Família na Visão de Professoras e Pais onde percebeu-se que os pais ainda recebem influências da visão assistencialista a que a educação infantil está historicamente atrelada, demonstrando sua utilidade, pois necessitam dela, porque precisam trabalhar e não tendo com quem deixar seus filhos, a instituição é a melhor opção.

Outro aspecto a ser considerado na pesquisa, refere-se ao fato da participação dos pais ser bem limitada quando esta diz respeito ao terreno pedagógico, pois nas falas apresentadas demonstraram preocupação principal nos cuidados, o que pode caracterizar uma dicotomia entre o cuidado e educação e também pouco conhecimento sobre a proposta pedagógica da instituição a qual seus filhos estão matriculados.

Também foi verificada a presença de uma relação unilateral com as

famílias evidenciada pelo fato da presença dos mesmos na escola acontecer quando são convidados a participarem da reunião, os temas das reuniões são escolhidos pela escola e conversas com os pais acontecerem mais na chegada e saída da escola.

Percebeu-se nas respostas das professoras, que as mesmas têm habilitação para trabalhar na educação infantil, como reza a legislação que conhecem a função da educação infantil que é a integração entre educar e cuidar e acreditam que a participação da família na escola é indispensável para o desenvolvimento integral dos alunos.

Identificou-se inúmeros desafios sobre a temática relação escola e família, problemas que partem do desconhecimento por parte dos pais da proposta pedagógica da instituição e pelo desconhecimento da equipe do CEI sobre a realidade das famílias dos alunos.

Um dos obstáculos encontrados para a aproximação entre escola e família foi o horário de trabalho dos pais, que acaba por dificultar seu comparecimento nas atividades do CEI.

Por fim, acreditamos por meio deste trabalho de pesquisa que a escola sente necessidade do estreitamento de relações com as famílias, mas sente dificuldades de encontrar maneiras adequadas para aproximar os pais da instituição e sensibilizar as famílias da importância da sua participação na vida escolar dos filhos.

Pode-se desenvolver uma proposta de trabalho conjunto entre escola e família visando à qualidade de ensino, quando a instituição está comprometida com a realidade dos alunos e da sensibilização por parte dos pais da sua importância na educação escolar dos filhos.

Com realização desta pesquisa foi possível aprofundar os conhecimentos sobre Educação Infantil: Relação Escola e Família na Visão de Professoras e Pais o qual possibilitou qualificar o meu trabalho como professora. Este trabalho de pesquisa caracteriza-se como ponto de partida e jamais como ponto de chegada. Espera-se que a mesma possa contribuir para futuras discussões sobre o tema abordado.

**Encaminhamentos para um relacionamento de parceria entre escola e família.**

**Ciseli Ortiz (Texto Adaptado)**

**Com o objetivo de contribuir para uma maior integração entre a escola e a família, da instituição pesquisada, elaboramos sugestões de atividades, que acreditamos serem muito importantes e possíveis de serem realizadas na comunidade.**

1. Acolhida- Apresentar a escola e os funcionários à família, uma maneira de receber e integrar. Convidar os pais para conhecer as instalações e, principalmente, a equipe pedagógica e os funcionários é fundamental para que eles se apropriem do espaço e se sintam à vontade para fazer parte dele.
2. Fazer uma entrevista com os pais e os alunos, conhecendo para quem se trabalha. Conversas individuais com pai e mãe ao longo do ano ajudam a identificar as habilidades dos alunos que possam ajudar os professores a traçar as melhores estratégias de ensino.
3. Assegurar a participação no projeto político pedagógico, hora de expor o currículo e os projetos.
4. Reuniões- Ter uma pauta focada no processo de ensino, eficaz para informar sobre a aprendizagem. Os encontros devem mostrar as intenções educativas da escola e a evolução da aprendizagem e discutir estratégias conjuntas para melhorá-la.
5. Marcar encontros em horários adequados para os pais respeito aos que trabalham fora. Uma medida simples e bastante eficiente para garantir uma reunião com um quórum significativo é marcá-la em data e hora que permitam aos pais comparecer. Todos sabem que homens e mulheres enfrentam duplas jornadas, dividindo o dia entre os afazeres de casa e os profissionais. O ideal é fazer uma enquete com as famílias para saber quais são os horários mais adequados à maioria.
6. Dar visibilidade à produção dos alunos Procedimentos para valorizar a aprendizagem é possível expor as produções dos alunos nos diferentes espaços da escola, convidar os pais para entrar e acompanhar os trabalhos realizados pelos filhos, oficinas por exemplo.
7. Constituir a Associação de Pais e Mestres (APM), uma forte aliada para fazer uma boa escola, incentivar a participação no conselho escolar o fórum ideal para definir rumos.

8. Disponibilizar os espaços para realização de eventos Um local público para uso da comunidade A escola pode abrir o pátio e até as salas de aula para pais e vizinhos e oferecer atividades esportivas, culturais e sociais quando esses ambientes não estiverem sendo utilizados pelos alunos.

9. Criar uma Escola de Pais com palestras e debates Informações que ajudam a educar, sempre que possível, a escola deve ser uma referência para as famílias, ajudando-as a compreender melhor os filhos e a realidade. Ela pode levantar o debate sobre as questões sociais e culturais mais presentes no cotidiano da comunidade.

10. Visitar as famílias dos alunos em casa, ampliação do olhar sobre a comunidade Sair da escola para conhecer o bairro, a residência e os pais dos estudantes pode ser uma experiência e tanto para gestores e docentes. Com essa prática, eventuais problemas de comportamento ou dificuldade em sala de aula têm mais chances de ser compreendidos e resolvidos.

11. Promover festas e comemorações, forma descontraída de estreitar o vínculo, como: festas das mães, junina, de aniversário da escola, festa de pais, da criança. Porém alguns cuidados são necessários ao planejar as comemorações: as festas não podem desrespeitar a liberdade religiosa das famílias nem ter participação obrigatória.

12. Promover feiras de amostra dos trabalhos das crianças, na escola. Convidar os pais, avós para participarem dos projetos da escola, relatando suas histórias para as crianças.

## REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1981.
- BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE, Coedi. 1998.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**: Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: MEC, 1996.
- BRASIL, **Estatuto da criança e do adolescente – ECA**. Brasília, Distrito Federal: Senado, 1990.
- BHERING, E. E DE NEZ, T. B. **Envolvimento de pais em creche**: possibilidades e dificuldades de parceria. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Abr 2002, vol.18, no. 1, p.63-73.
- CERISARA, Ana Beatriz, **Dinâmica das relações entre profissionais da educação infantil**. perspectiva, Florianópolis:v.17 nesp,p109-138,dez.1999
- FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti (Org.). **Os fazeres na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2000
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.
- KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. 5 ed. São Paulo, SP: Cortez, 1995.
- \_\_\_\_\_. (coordenadora) **Com a pré-escola nas mãos**. 14 ed. São Paulo, SP: Editora Ática, 2005
- KUHLMANN JR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. 4. ed. Porto Alegre, RS: Editora Mediação, 2007.
- MACEDO, L. Apresentação In: ALTHUON, B.; ESSLE, C.; STOEBER, I. S. **Reunião de Pais: sofrimento ou prazer?** São Paulo. Casa do Psicólogo, 1996
- MEDEIROS, Teresa Régia Araújo de. A participação da família na prática curricular da educação infantil. **Identidades educacionais o global e o local**, n.28, p.46-49, Nov 2003/jan 2004.
- MOREIRA, Maria de Fátima das Neves. A infância no passado brasileiro. In: DEL PRIORI, Mary( Org.) **500 anos de Brasil**: história e reflexões. São Paulo: Scipione, 1999.



MUKHINA, Valeria. **Psicologia da idade pré-escolar**. 1. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1995.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratamento de metodologia científica**. São Paulo: Pioneira, 1997.

ORTIZ, Cisele. O papel do professor de crianças pequenas. **Pátio: educação infantil**. Ano 5 nº 13, mar/jun 2007, 2008.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (org.) **Encontros e Encantamentos da Educação Infantil**: Partilhando experiências de Estágios. 5 ed. Campinas. Papyrus 2000.

OSTETTO, Luciana Esmeralda (org). **Educação Infantil**: saberes e fazeres da formação de professores. Campinas/São Paulo: Papyrus, 2008.

PEREZ, M. C. A. **Infância, família e escola**: práticas educativas e seus efeitos no desempenho escolar de crianças das camadas populares. São Carlos, SP: Suprema, 2007

PIAGET, J. **Para onde vai a educação**. 15. Ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 1972/2000.

POLONIA, A. C., e DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 9, n.2, p. 303-312, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**. 9 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta curricular de Santa Catarina**: Estudos Temáticos. Florianópolis. IOESC. 2005.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Euride Brito da. **A nova LDB**: como entender e aplicar. São Paulo: Pioneira, 1997.

SZYMANSKI, HELOISA. **A Relação Família/Escola: Desafios e Perspectivas**. Ed. Plano, São Paulo, 2008.

TIRIBA, Léa. Educar e cuidar: buscando a teoria para compreender os discursos e as práticas. In: Kramer, Sônia. Et al. (Orgs.). **Profissionais de educação infantil gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005. P. 66-86.

URUSSANGA. **Proposta curricular de educação infantil**. Secretaria Municipal da Educação e Cultura. 2008.

## APÊNDICE

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE-UNESC**  
**CURSO DE PEDAGOGIA-LICENCIATURA PLENA**  
**Acadêmica: Rubia Cimolin**

**Questionário aplicado com as professoras do CEI.**

O presente questionário tem por objetivo coletar dados sobre a Educação Infantil, sendo que as informações serão utilizadas para oportunizar o conhecimento por meio da pesquisa. Os (as) participantes não serão identificados nominalmente, garantindo assim o código de ética. Agradeço sua participação.

1. Qual seu grau de formação?
2. Há quanto tempo você atua na Educação Infantil?
3. Em sua visão, qual a função da Educação Infantil atualmente?
4. Qual sua compreensão em relação ao educar e cuidar?
5. Você acha importante a participação da família na instituição?
6. Você acha que os pais conhecem a função da instituição a qual seus filhos estão matriculados?
7. Você acha necessária reunião de pais? Justifique sua resposta?
8. O que se deve a ausência dos pais?
9. Você acha que os pais conhecem a função da instituição a qual seus filhos estão matriculados?
10. Você acha necessário que sejam desenvolvidas atividades buscando maior participação da família na instituição em que você atua?

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE-UNESC**  
**CURSO DE PEDAGOGIA-LICENCIATURA PLENA**  
**Acadêmica: Rubia Cimolin**

**Questionário aplicado aos pais do CEI.**

O presente questionário tem por objetivo coletar dados sobre a Educação Infantil, sendo que as informações serão utilizadas para oportunizar o conhecimento por meio da pesquisa. Os (as) participantes não serão identificados nominalmente, garantindo assim o código de ética. Agradeço sua participação.

1. Qual seu grau de formação? No que Você trabalha?
2. Qual é a importância da educação infantil?
3. Porque você matriculou seu/sua filho a na instituição?
4. Qual é o papel do professor na instituição?
5. Quais suas expectativas em relação ao trabalho da professora junto aos seus/suas filhos/as?
6. Você acha importante a participação da família na instituição?
7. Você participa da vida escolar de seu/sua filho (a)? Em que momentos?
8. Você foi convidado a participar da construção do Projeto Político Pedagógico?
9. Quais as informações que você gostaria de ter mais retorno da instituição?
10. Qual a sua opinião sobre as reuniões marcadas pela escola?
11. Como a escola informa das reuniões?

## UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE

### CURSO DE PEDAGOGIA

#### TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Esta pesquisa culminará na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso/Dissertação ou Tese, a partir de entrevista com pais de alunos, coletando assim, dados e informações a cerca da relação escola e família na visão de professoras e pais na Educação Infantil.

Os dados e resultados individuais da pesquisa estarão sempre sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma expressão oral ou trabalho escrito que venha a ser publicado, a não ser que o/a autor/a do depoimento manifeste expressamente seu desejo de ser identificado/a. A pesquisadora responsável é a acadêmica Rubia Cimolin, matriculada no curso de Pedagogia, da UNIVERSIDADE do Extremo Sul Catarinense, orientanda da (o) professor (a) Mirozete Volpato Hanoff, da mesma instituição. Os envolvidos se comprometem a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de informações que o/a participante venha a ter no momento da pesquisa ou posteriormente, através do telefone (48) 8822-0884.

Após ter sido devidamente informado/a de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu \_\_\_\_\_, Identidade n.º

\_\_\_\_\_ declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha participação e depoimentos para a pesquisa realizada no Curso de Pedagogia da Universidade do Extremo Sul Catarinense, desenvolvida pela aluna Rubia Cimolin, para que sejam usados integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, a partir da presente data. Da mesma forma, autorizo a sua consulta e o uso das referências em outras pesquisas e publicações ficando vinculado o controle das informações a cargo desta acadêmica da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

( ) Solicito que seja resguardada minha identificação

( ) Desejo que a autoria de meus depoimentos seja referida

Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevo a presente declaração,

\_\_\_\_\_, ...../..... de 2011.

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Participante da pesquisa

Rubia Cimolin Fone: (48) 3465-3396

\_\_\_\_\_  
Pesquisador/a